



Domingo de manhã

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026**02 — CONTADOR LEGISLATIVO****Instruções****Cidadania em movimento**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM **80** QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO DE QUESTÕES APRESENTA O **NÚMERO E O CARGO** REFERENTES À INSCRIÇÃO REALIZADA;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 04 HORAS.**

4. Cada questão oferece **5 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. A PESSOA CANDIDATA **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da(s) folha(s) definitiva(s) de respostas.

7. **HAVERÁ O TOQUE DO 3º SINAL SONORO DE ENCERRAMENTO DAS PROVAS**, CONFORME CONTROLE DO QUADRO DE SALA.

8. As três últimas pessoas candidatas deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DA PESSOA CANDIDATA.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Eco
Friendly

A Fundatec utiliza papel
com certificação florestal
e tinta biodegradável.

Concursos
fundatec
ISO 9001

RASCUNHO
Utilize esse espaço para anotar suas respostas

*A anotação neste rascunho NÃO substitui o preenchimento da folha definitiva de respostas.

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

LÍNGUA PORTUGUESA**Acredita quem quer***Por Helô Bacichette*

01 Alguns tempos atrás, cruzando a Serra, vi uma daquelas tendas que surgem de repente
02 ____ beira da estrada, onde se encontra de tudo um pouco: imagens de santos, tapetes, vasos,
03 quadros e esculturas de todos os tipos e tamanhos. Procurava uma pequena imagem para levar
04 comigo quando um homem se aproximou do atendente e fez um pedido inusitado.

05 — O senhor tem uma escultura de extraterrestre? — perguntou com naturalidade, como
06 quem pede um santo de devoção.

07 Falava sério. Segundo ele, os extraterrestres estavam por aí, observando tudo. Uma
08 estátua grande ajudaria a marcar presença, como quem acena para alguém que passa lá no
09 alto. O vendedor apontou para o fundo da tenda. Lá estavam eles: seres verdes de olhos
10 grandes, enfileirados ao lado de anjos e arcanjos, como se também aguardassem por quem
11 acreditasse neles. Enquanto o homem examinava as peças com atenção, fui tomada por uma
12 daquelas perguntas que não cabem em prateleiras: por que será que, mesmo quando
13 imaginamos o desconhecido, damos a ele formas tão parecidas com as nossas?

14 Fiquei pensando naquela convivência improvável: de um lado, santos de olhar
15 compassivo esperando as preces da Terra. Do outro, a ideia de um ET verde gigante, erguido
16 talvez no quintal de alguém, esperando ser visto do céu.

17 Talvez por isso eu tenha relacionado aquele acontecimento na tenda ____ notícia de um
18 rapaz do Paraná que afirmava ter presenciado a passagem de um objeto estranho no céu.
19 Bastou a história circular nas redes para surgirem dúvidas, piadas e julgamentos. A maioria
20 parecia convencida de que ele inventara tudo. Talvez sim. Talvez não. O que me chamou ____
21 atenção foi a rapidez com que decidimos o que é impossível. Quando o assunto desafia nossas
22 certezas, a descrença costuma correr mais depressa do que a curiosidade.

23 Naquela tenda de estrada, conviviam sem conflito o sagrado, o imaginado e o
24 inexplicável. Cada um levando para casa aquilo em que escolhia acreditar. Talvez seja assim
25 que o mundo se equilibre: entre a fé, a dúvida e a imaginação. Não sei se o homem encontrou
26 a estátua que procurava. Eu saí de lá com minha pequena imagem de santo e com uma dúvida
27 silenciosa: e se, de algum modo, aquele homem buscasse um espelho onde pudesse se
28 reconhecer?

29 Desde então, sempre que passo por alguma tenda de beira de estrada e vejo uma dessas
30 figuras verdes de olhos enormes, lembro daquele encontro improvável e sorrio sozinha. Porque,
31 no fim das contas, existem histórias que não precisam de provas nem explicações. Afinal, só
32 acredita quem quiser.

(Disponível em: gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/colunistas/helo-bacichette/noticia/2026/06/acredita-quem-quiser-cmqbiedyv02au016tdgsx6dc0.html – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Pode-se inferir que as estátuas da tenda mencionada no texto guardam semelhança com seres humanos.
- II. O motivo da compra da estátua era tentar estabelecer algum tipo de contato com seres de outro planeta, o que a autora vê como algo diferente.
- III. A autora retoma uma história que circulou nas redes sociais a fim de ilustrar porque o encontro com o homem na tenda é insólito e risível.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 02 – Assinale a alternativa correta a respeito do gênero textual predominante do texto.

- A) É uma crônica, pois a autora parte de uma lembrança pessoal para refletir sobre a matéria-prima das boas histórias.
- B) É um relato de viagem, já que traz fatos e dados acerca de uma viagem empreendida pela autora.
- C) É um ensaio, pois apresenta um compilado de informações que comprovam a necessidade da manutenção das crenças.
- D) É uma notícia, uma vez que pretende dar a conhecer ao público uma situação insólita ocorrida numa viagem da autora.
- E) É uma reportagem, porque apresenta fatos e opiniões sobre assunto curioso que foi alvo de especulações.

QUESTÃO 03 – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, analise os trechos a seguir, retirados do texto:

- “vi uma daquelas tendas que surgem de repente ____ beira da estrada”.
- “eu tenha relacionado aquele acontecimento na tenda ____ notícia de um rapaz do Paraná”.
- “O que me chamou ____ atenção foi a rapidez ”.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas dos trechos acima.

- A) a – a – à
- B) a – à – a
- C) a – à – à
- D) à – a – à
- E) à – à – a

QUESTÃO 04 – Analise os trechos a seguir, retirados do texto:

- “vi uma daquelas tendas que surgem de repente ____ beira da estrada, onde se encontra de tudo um pouco”.
- “e se, de algum modo, aquele homem buscasse um espelho onde pudesse se reconhecer?”

Sobre o emprego do pronome relativo “onde” nesses trechos, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas:

- () No primeiro período, a palavra “onde” pode ser substituída por “aonde”.
- () No segundo período, “onde” pode ser substituído por “cujo”.
- () Em ambos os períodos, “onde” pode ser substituído por “em que”.
- () No primeiro período, “onde” pode ser substituído por “nas quais” e no segundo, por “no qual”.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – V – F.
- B) F – V – F – F.
- C) F – F – V – V.
- D) V – F – V – F.
- E) V – V – F – V.

QUESTÃO 05 – Assinale a alternativa que indica a conjugação equivalente no tempo composto da forma verbal destacada no trecho a seguir: “A maioria parecia convencida de que ele **inventara** tudo”:

- A) Teria inventado.
- B) Tem inventado.
- C) Tinha inventado.
- D) Tenha inventado.
- E) Tivesse inventado.

QUESTÃO 06 – Analise as assertivas abaixo a respeito da palavra “inusitado” no seguinte trecho retirado do texto: “quando um homem se aproximou do atendente e fez um pedido inusitado”:

- I. Trata-se de adjetivo que admite flexões de gênero, número e grau, podendo formar, nesta última, superlativo absoluto sintético.
- II. São sinônimos possíveis e aceitáveis as palavras “incoerente” e “indistinto” nesse contexto de ocorrência.
- III. Trata-se de uma palavra formada por derivação prefixal, com a adição do prefixo in- à palavra primitiva.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 07 – Assinale a alternativa que apresenta um trecho retirado do texto em que a palavra “se” tenha sido empregada como uma conjunção.

- A) “tendas que surgem de repente ____ beira da estrada, onde se encontra de tudo um pouco”.
- B) “quando um homem se aproximou do atendente”.
- C) “Talvez seja assim que o mundo se equilibre”.
- D) “Não sei se o homem encontrou a estátua que procurava”.
- E) “um espelho onde pudesse se reconhecer”.

QUESTÃO 08 – Assinale a alternativa correta sobre as palavras que compõem o trecho a seguir, retirado do texto, considerando seu contexto de ocorrência: “de um lado, santos de olhar compassivo esperando as preces da Terra”.

- A) “Santos” é um adjetivo cujo sentido indica ausência de pecado.
- B) “Olhar” é substantivo masculino.
- C) “Compassivo” indica alguém que apresenta passividade.
- D) “Preces” é um adjetivo feminino.
- E) “da Terra” indica um destino.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa correta sobre o sujeito do trecho a seguir, retirado do texto: “Bastou a história circular nas redes para surgirem dúvidas, piadas e julgamentos”.

- A) Trata-se de sujeito oculto, pois tem-se uma forma no imperativo.
- B) Tem-se oração sem sujeito, uma vez que o verbo “bastar” é impessoal.
- C) O sujeito é oracional, pois é constituído de uma oração subordinada.
- D) O sujeito é indeterminado, pois o verbo está na 3ª pessoa do singular.
- E) O sujeito é composto, pois apresenta mais de um núcleo nominal.

QUESTÃO 10 – Assinale a alternativa que apresenta um trecho retirado do texto em que o termo sublinhado NÃO seja um adjunto adverbial.

- A) “enfileirados ao lado de anjos e arcanjos”.
- B) “perguntou com naturalidade, como quem pede um santo de devoção”.
- C) “erguido talvez no quintal de alguém”.
- D) “saí de lá com minha pequena imagem de santo”.
- E) “conviviam sem conflito o sagrado”.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 11 – Considere as seguintes matrizes:

$$A = \begin{pmatrix} 2 & -1 \\ 3 & 4 \end{pmatrix} \quad \text{e} \quad B = \begin{pmatrix} 1 & 5 \\ -2 & 0 \end{pmatrix}$$

A matriz $A + B$ é igual a:

- A) $\begin{pmatrix} 3 & 4 \\ 1 & 4 \end{pmatrix}$
- B) $\begin{pmatrix} 1 & 4 \\ 5 & 4 \end{pmatrix}$
- C) $\begin{pmatrix} 3 & -6 \\ 1 & 4 \end{pmatrix}$
- D) $\begin{pmatrix} 2 & 4 \\ 1 & 0 \end{pmatrix}$
- E) $\begin{pmatrix} 3 & 5 \\ 5 & 4 \end{pmatrix}$

QUESTÃO 12 – Uma comissão será formada por 3 pessoas escolhidas entre 7 candidatos. De quantas maneiras diferentes essa comissão poderá ser formada?

- A) 21.
- B) 30.
- C) 35.
- D) 42.
- E) 210.

QUESTÃO 13 – A quantidade de uma determinada bactéria é modelada pela função $N(x) = 500 \cdot 4^x$, em que $N(x)$ representa o número de bactérias após x horas. Nesse contexto, após quantas horas a população de bactérias atingirá o dobro da quantidade inicial?

- A) 4 horas.
- B) 3 horas.
- C) 2 horas.
- D) 1 hora.
- E) 0,5 hora.

QUESTÃO 14 – As notas obtidas por cinco candidatos em uma prova foram as seguintes:

$$6,8 - 7,5 - 8,2 - 5,9 - 7,1$$

Qual é a média aritmética simples dessas notas?

- A) 6,8.
- B) 6,9.
- C) 7,0.
- D) 7,1.
- E) 7,2.

QUESTÃO 15 – Um capital de R\$ 2.000,00 foi aplicado a uma taxa de 10% ao mês, no regime de juros compostos. O montante obtido ao final de 2 meses será de:

- A) R\$ 2.200,00.
- B) R\$ 2.420,00.
- C) R\$ 2.440,00.
- D) R\$ 2.460,00.
- E) R\$ 2.480,00.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 16 – No Microsoft Windows 11 Pro, em sua configuração padrão e versão em português, ao restaurar um arquivo da Lixeira, em que local esse arquivo será restaurado caso não exista mais a pasta de onde ele originalmente foi excluído?

- A) Na pasta Documentos do usuário que está restaurando o arquivo, por ser a pasta padrão de armazenamento do perfil do usuário.
- B) Na pasta original de onde o arquivo foi excluído, sendo que o Windows recriará automaticamente a estrutura de pastas faltante.
- C) Na Área de Trabalho do usuário que está restaurando o arquivo, dentro de uma pasta temporária com o nome Arquivos Restaurados.
- D) O arquivo não poderá ser restaurado, e o Windows exibirá uma mensagem de erro informando que a restauração somente será possível quando o usuário recriar manualmente a estrutura de pastas original.
- E) Na pasta Downloads do usuário que está restaurando o arquivo.

QUESTÃO 17 – No Excel para Microsoft 365, em sua configuração padrão e versão em português, um usuário deseja fixar a referência de uma célula específica em uma fórmula para que, ao arrastá-la verticalmente, o número da linha na referência não seja alterado. Qual das alternativas abaixo corresponde a uma sintaxe correta para essa referência?

- A) A1
- B) A1\$
- C) \$A1\$
- D) \$A1
- E) A\$1

QUESTÃO 18 – Analise as assertivas abaixo sobre o PowerPoint do Microsoft 365, em sua configuração padrão e versão em português:

- I. Uma animação é o efeito visual exibido na passagem de um slide para o outro, enquanto uma transição é o movimento aplicado a um elemento específico dentro do próprio slide.
- II. Ao inserir um novo objeto (como uma imagem, forma ou caixa de texto) em um slide, ele fica sobreposto a todos os objetos preexistentes que ocupem o mesmo espaço no slide.
- III. Para inserir uma nova tabela em um slide, o usuário obrigatoriamente precisa importar essa tabela de um programa externo, como o Word ou o Excel para Microsoft 365, pois o PowerPoint não possui um recurso nativo para criação e personalização de tabelas diretamente no programa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19 – No Gmail, em sua configuração padrão, um usuário recebeu uma mensagem que contém um arquivo anexado e um histórico de conversa. Ao utilizar a opção “Responder”, por padrão:

- A) Tanto o arquivo anexado quanto o histórico da conversa serão incluídos na nova mensagem.
- B) O arquivo anexado e o histórico de conversas serão compactados para que ocupem menos espaço na nova mensagem.
- C) O histórico da conversa será incluído na nova mensagem, mas o arquivo anexado será removido automaticamente.
- D) Nem o arquivo anexado nem o histórico da conversa serão incluídos na nova mensagem, devendo o usuário, se desejar, reanexar o arquivo manualmente.
- E) O arquivo anexado será incluído na nova mensagem, mas todo o histórico de conversas anteriores será removido.

QUESTÃO 20 – Assinale a alternativa que corresponde a um tipo de código malicioso (malware) caracterizado por bloquear o acesso a arquivos ou sistemas de um dispositivo por meio de criptografia, exigindo o pagamento de um resgate, geralmente em criptomoedas, para a liberação do acesso.

- A) Spyware.
- B) Phishing.
- C) Spam.
- D) Ransomware.
- E) Backdoor.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 21 – Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), analise as assertivas a seguir:

- I. Uma lei, salvo disposição em contrário, entra em vigor em todo o território nacional 45 dias após sua publicação oficial.
- II. Se, antes de a lei entrar em vigor, houver nova publicação destinada à correção de seu texto, o prazo para sua vigência será contado a partir da publicação original.
- III. Quando a lei for omissa, o juiz poderá decidir o caso utilizando a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 22 – No que tange ao reconhecimento, no Brasil, de sentença estrangeira de divórcio envolvendo brasileiros, analise as assertivas a seguir com base na LINDB:

- I. O divórcio realizado no estrangeiro, quando um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, em regra somente será reconhecido no Brasil após um ano da data da sentença.
- II. Se o divórcio estrangeiro tiver sido antecedido por separação judicial pelo prazo de um ano, a homologação produzirá efeito imediato, desde que observadas as condições exigidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país.
- III. O Superior Tribunal de Justiça poderá, a requerimento do interessado e na forma de seu regimento interno, reexaminar decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 23 – Analise as assertivas a seguir acerca dos crimes em licitações e contratos previstos no Código Penal:

- I. A conduta de revelar o conteúdo de proposta antes da abertura oficial caracteriza violação de sigilo em licitação.
- II. A entrega de mercadoria de qualidade inferior à contratada, em prejuízo da Administração Pública, configura fraude em licitação ou contrato.
- III. A configuração de crime de afastamento de licitante exige, necessariamente, que o concorrente seja efetivamente excluído da disputa.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 24 – Carlos procurou um empresário afirmando possuir grande influência sobre determinado servidor público responsável pela concessão de licenças administrativas. Em troca de uma quantia em dinheiro, prometeu interceder junto ao agente público para agilizar a liberação de um documento. Durante a negociação, Carlos afirmou que parte do valor seria destinada ao próprio servidor. Considerando o disposto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Carlos praticou o crime de corrupção ativa, pois prometeu vantagem indevida a funcionário público para obtenção de benefício.
- B) Carlos praticou o crime de tráfico de influência, incidindo causa de aumento de pena por alegar que parte da vantagem seria destinada ao funcionário público.
- C) Carlos praticou o crime de prevaricação, pois buscou influenciar ato administrativo em benefício de terceiro.
- D) Carlos praticou o crime de concussão, pois exigiu vantagem indevida valendo-se de suposta influência perante a Administração Pública.
- E) Carlos praticou tentativa de corrupção passiva, pois mencionou a participação do servidor público na negociação.

QUESTÃO 25 – Durante a realização de uma licitação para aquisição de equipamentos hospitalares, dois empresários combinaram previamente a apresentação de propostas com valores artificialmente elevados, de modo a eliminar a concorrência efetiva e assegurar que uma determinada empresa fosse declarada vencedora, obtendo vantagem decorrente da adjudicação do objeto licitado. À luz do Código Penal, a conduta descrita caracteriza o crime de:

- A) Perturbação de processo licitatório, por ter havido interferência na regular realização de ato do procedimento licitatório.
- B) Patrocínio de contratação indevida, em razão da defesa de interesse privado perante a Administração Pública.
- C) Contratação direta ilegal, por ter sido afastada indevidamente a necessidade de licitação.
- D) Frustração do caráter competitivo de licitação, em razão da fraude voltada à obtenção de vantagem decorrente da adjudicação do objeto licitado.
- E) Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, em virtude da obtenção de vantagem em favor do contratado.

QUESTÃO 26 – Um servidor público, responsável pela análise de determinado processo administrativo, deixou de praticar um ato de ofício que era de sua competência com a finalidade de favorecer um amigo diretamente interessado no resultado do processo. Considerando o disposto no Código Penal, a conduta do servidor caracteriza o crime de:

- A) Corrupção passiva, pois houve favorecimento de terceiro em razão da função pública.
- B) Concussão, pois o servidor valeu-se do cargo para obter vantagem indevida.
- C) Condescendência criminosa, pois o servidor deixou de responsabilizar a pessoa envolvida em infração administrativa.
- D) Advocacia administrativa, pois o servidor patrocinou interesse privado perante a Administração Pública.
- E) Prevaricação, pois o servidor deixou de praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 27 – O folclore brasileiro é formado por manifestações culturais transmitidas de geração para geração, refletindo a diversidade histórica e cultural das diferentes regiões do país. Em Palhoça, uma das mais tradicionais manifestações folclóricas consiste na representação dramática de cenas da vida campestre, envolvendo personagens como o Boi, o Cavalo, o Cavaleiro, o Curandeiro, o Urubu e os cantadores. Com o passar do tempo, outros personagens foram incorporados às apresentações, como a Maricota, a Bernúncia, o Urso e a Cabra. A encenação é acompanhada por cantos e instrumentos musicais. O trecho refere-se a qual manifestação folclórica tradicional do município?

- A) Congada.
- B) Cavalhada.
- C) Bumba Meu Boi.
- D) Boi de Mamão.
- E) Boitatá.

QUESTÃO 28 – Palhoça está localizado na Grande Florianópolis, fazendo divisa com os seguintes municípios: São José, São Pedro de Alcântara e Santo Amaro da Imperatriz. Assinale a alternativa que indica qual outro município faz divisa com Palhoça.

- A) Paulo Lopes.
- B) Governador Celso Ramos.
- C) Águas Mornas.
- D) Joinville.
- E) Biguaçu.

QUESTÃO 29 – O Senado Federal é composto por 81 senadores, cujos mandatos têm duração de oito anos. Como as eleições para o Senado ocorrem a cada quatro anos, a renovação das cadeiras acontece de forma alternada, garantindo a continuidade dos trabalhos legislativos. Nesse contexto, em algumas eleições é renovada qual parcela das cadeiras do Senado Federal?

- A) Metade das cadeiras.
- B) Um terço.
- C) Dois quintos.
- D) Três quartos.
- E) A totalidade das cadeiras.

QUESTÃO 30 – Praias paradisíacas, paisagens de tirar o fôlego e um povo acolhedor são características de uma pequena ilha localizada no Caribe, a cerca de 60 quilômetros da costa da Venezuela. Em 2026, esse país, que faz parte do Reino Unido dos Países Baixos, entrou para a história do futebol ao garantir sua primeira participação em uma Copa do Mundo, tornando-se o menor país do mundo, em território e população, a conquistar uma vaga em um Mundial. Assinale a alternativa que indica corretamente esse país.

- A) Aruba.
- B) Barbados.
- C) Curaçao.
- D) Jamaica.
- E) Trinidad e Tobago.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31 – Assinale a alternativa que NÃO apresenta um direito ou garantia fundamental previsto expressamente no artigo 5º da Constituição Federal.

- A) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização anterior, se houver dano.
- C) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “*de cuius*”.
- D) Não haverá juízo ou tribunal de exceção.
- E) Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.

QUESTÃO 32 – Sobre o *habeas data*, assinale a alternativa correta.

- A) É cabível para assegurar o acesso a informações de interesse coletivo mantidas pelo Poder Público.
- B) Pode ser utilizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- C) Destina-se à tutela da liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder.
- D) É cabível ainda que o interessado não tenha previamente solicitado administrativamente o acesso ou a retificação dos dados.
- E) Possui como objeto a proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus*.

QUESTÃO 33 – Considerando as disposições da Constituição Federal acerca da nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- B) A lei poderá estabelecer requisitos para a naturalização de estrangeiros, observadas as balizas previstas na Constituição Federal.
- C) Os cargos de Presidente da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal e oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiros natos.
- D) O português com residência permanente no Brasil poderá receber os direitos inerentes ao brasileiro, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros, na forma da Constituição.
- E) A aquisição voluntária de outra nacionalidade por brasileiro nato ou naturalizado constitui causa suficiente para a perda da nacionalidade brasileira, ainda que a nacionalidade estrangeira decorra de reconhecimento de nacionalidade originária por Estado estrangeiro.

QUESTÃO 34 – Os partidos políticos desempenham papel essencial no regime democrático brasileiro, funcionando como instrumentos de representação política e de participação popular no processo eleitoral. Considerando as disposições constitucionais sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) A criação de partidos políticos depende de autorização prévia da Justiça Eleitoral, que avaliará a conveniência e a oportunidade de seu funcionamento no sistema partidário nacional.
- B) Os partidos políticos não podem receber recursos do fundo partidário nem ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, por possuírem natureza jurídica de direito privado.
- C) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- D) A Constituição Federal admite coligações partidárias tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, desde que previamente autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- E) Os partidos políticos submetem-se à supervisão permanente da Justiça Eleitoral, que poderá intervir em sua organização interna para assegurar o cumprimento de suas finalidades institucionais.

QUESTÃO 35 – Em razão da estimativa populacional de 253.469 habitantes divulgada pelo IBGE em 2025, à luz do disposto no artigo 29 da Constituição Federal, a Câmara Municipal de Palhoça terá o limite máximo de ____ Vereadores.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 15
- B) 17
- C) 19
- D) 21
- E) 23

QUESTÃO 36 – Com suporte no artigo 30 da Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta competência expressa dos Municípios.

- A) Organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
- B) Exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- C) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- D) Assegurar a defesa nacional.
- E) Organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar.

QUESTÃO 37 – Nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, NÃO será objeto de deliberação a proposta de Emenda à Constituição que vise eliminar o(a)

- A) forma presidencialista de Estado.
- B) voto direto, secreto, universal e periódico.
- C) união indissolúvel entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- D) unitarismo político.
- E) criação estatal e privada de associações paramilitares.

QUESTÃO 38 – Após a edição de ato normativo pelo Presidente da República com força de lei, instaurou-se debate no Congresso Nacional acerca de sua tramitação, limites materiais e prazo de vigência. Considerando o artigo 62 da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A perda de eficácia por decurso de prazo não impede que ato normativo de mesmo conteúdo seja novamente editado na mesma sessão legislativa, desde que estejam presentes os requisitos constitucionais de relevância e urgência.
- B) Não se admite a utilização desse instrumento para disciplinar matéria cuja regulamentação esteja constitucionalmente reservada à lei complementar.
- C) A apreciação parlamentar deve ter início na Câmara dos Deputados, antes do encaminhamento ao Senado Federal.
- D) Caso não haja conversão em lei dentro do prazo constitucional, o ato perderá eficácia desde sua edição, ressalvadas as exceções expressamente previstas na Constituição.
- E) Antes da análise do mérito pelas Casas Legislativas, exige-se manifestação acerca da presença dos pressupostos constitucionais que justificam sua adoção.

QUESTÃO 39 – Conforme estabelece o artigo 67 da Constituição Federal, a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de(a) _____ dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 3/5
- B) 2/3
- C) 1/6
- D) maioria absoluta
- E) maioria simples

QUESTÃO 40 – Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, mensal e anualmente, relatório de suas atividades.
- B) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- C) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por onze Conselheiros.
- D) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.
- E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em cento e oitenta dias a contar de seu recebimento.

QUESTÃO 41 – Nos termos do artigo 146-A da Constituição Federal, a Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência da _____, por lei, estabelecer(em) normas de igual objetivo.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) União
- B) União e dos Estados
- C) União, dos Estados e do Distrito Federal
- D) União, dos Estados e dos Municípios
- E) União e dos Municípios

QUESTÃO 42 – Conforme o artigo 149-A da Constituição Federal, aos Municípios e ao Distrito Federal é facultada a cobrança da contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos na fatura de consumo do(a):

- A) Imposto Predial e Territorial Urbano.
- B) Imposto Territorial Rural.
- C) Água.
- D) Lixo.
- E) Energia elétrica.

QUESTÃO 43 – Em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), instituído pelo artigo 156-A da Constituição Federal, analise as assertivas a seguir:

- I. Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, exceto direitos, ou com serviços.
- II. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- III. Sempre que possível, terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.
- IV. Será cobrado pela multiplicação das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 44 – A Mesa Diretora da Câmara Municipal de uma cidade concedeu autorização de uso de espaço público pertencente ao Poder Legislativo para a instalação de uma cafeteria destinada ao atendimento de servidores e visitantes. Alguns meses depois, verificou-se a necessidade de retomada do espaço para a ampliação do setor de atendimento ao cidadão, o que levou a Administração a extinguir o ato anteriormente praticado. Considerando a teoria dos atos administrativos e suas formas de extinção, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A revogação é forma de extinção de ato administrativo válido, motivada por razões de conveniência e oportunidade supervenientes.
- B) A anulação decorre da constatação de ilegalidade no ato administrativo, produzindo, em regra, efeitos retroativos.
- C) A cassação ocorre quando o beneficiário deixa de cumprir as condições exigidas para a manutenção do ato que lhe favorecia.
- D) A caducidade pode ocorrer quando norma jurídica superveniente torna incompatível a permanência de determinado ato administrativo anteriormente válido.
- E) A revogação constitui medida destinada a desfazer ato administrativo ilegal, produzindo efeitos retroativos para restaurar a legalidade violada.

QUESTÃO 45 – No que se refere aos elementos conceituais do Direito Administrativo, “são atributos ou características do ato administrativo: presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade” (Nohara, 2026). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Enquanto a veracidade diz respeito à conformidade dos atos com os dispositivos legais, a legitimidade ou legalidade refere-se às razões fáticas ou ao conjunto de circunstâncias ou eventos afirmados pela Administração.
- B) Não é toda medida tomada pela Administração que pode ser autoexecutável, pois há providências que só podem ser adotadas após prévia autorização judicial.
- C) O atributo da imperatividade é o que iguala a natureza jurídica de um ato administrativo ao contrato.
- D) Na executoriedade, o Poder Público se utiliza de meios indiretos de coação, sendo exemplo a impossibilidade de licenciamento do veículo se não houver adimplemento das multas de trânsito, imposição direcionada ao particular sem necessidade de autorização judicial para tanto.
- E) Atos administrativos coercitivos não se submetem ao controle judicial.

QUESTÃO 46 – Em relação ao Poder Discricionário, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É a prerrogativa que a Administração tem de optar dentre duas ou mais soluções por aquela que, segundo critérios de conveniência e oportunidade, melhor atenda ao interesse público no caso concreto.
- B) Do ponto de vista prático, o legislador não é capaz de traçar com precisão todas as decisões possíveis de serem tomadas pelos agentes públicos para as variadas situações de gestão da coisa pública.
- C) Do ponto de vista jurídico, a discricionariedade representa uma decorrência do próprio ordenamento, pois, de acordo com a formulação kelseniana, em cada momento interpretativo, conforme a estrutura escalonada, devem-se respeitar limites impostos por uma norma de grau superior, que possui maior generalidade em sua moldura do que a norma de grau inferior.
- D) Quanto menor a extensão da discricionariedade, mais riscos correm as liberdades dos cidadãos, pois ela é a chave do equilíbrio entre as prerrogativas públicas e os direitos individuais.
- E) O Poder Judiciário não pode adentrar na discricionariedade da Administração e se substituir ao mérito de opções “políticas” tidas como válidas diante do ordenamento jurídico, sob pena de violação da harmonia e independência que deve haver entre os Poderes.

QUESTÃO 47 – A Mesa Diretora da Câmara Municipal de uma cidade instaurou procedimento interno para apurar o descumprimento reiterado do horário de trabalho por um servidor efetivo. Ao final da apuração, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, foi aplicada penalidade prevista em lei. Considerando os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A aplicação de sanção disciplinar ao servidor decorre do poder regulamentar, que autoriza a edição de normas internas e a punição de seus destinatários.
- B) A atuação da Câmara Municipal caracteriza exercício do poder de polícia, pois envolve restrição de direitos individuais em benefício da coletividade.
- C) A apuração da conduta do servidor constitui manifestação do poder normativo, uma vez que envolve a interpretação de regras administrativas internas.
- D) A imposição da penalidade decorre do poder disciplinar, que, por si só, autoriza a aplicação de sanção independentemente de previsão legal.
- E) A aplicação da penalidade ao servidor constitui manifestação do poder disciplinar, que permite à Administração apurar infrações funcionais e aplicar sanções aos agentes sujeitos à sua disciplina interna.

Para responder às questões 48 a 57, considere as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

QUESTÃO 48 – A respeito dos objetivos e princípios da contratação pública, analise as assertivas a seguir:

- I. O superfaturamento decorre de vícios do preço contido na proposta comercial durante o certame, e não de comportamentos praticados ao longo da execução contratual e que elevam indevidamente o pagamento, como, por exemplo, a adulteração de qualidade ou de quantidade, a alteração indevida de prazos, de índices de reajuste.
- II. Derivação imediata do Estado democrático e republicano, o princípio da publicidade, ancorado na Constituição Federal, é instrumento prescindível à concretização de direitos fundamentais e outros valores maiores.
- III. Os objetivos desempenham papel instrumental essencial ao viabilizar o juízo de razoabilidade ou proporcionalidade em sentido amplo, cuja primeira prova consiste na verificação da aptidão de uma medida para a consecução de finalidades públicas.
- IV. Cabe aos agentes públicos competentes refletir sobre as relações de custo-benefício daquilo que se deseja contratar já desde a fase preparatória do certame, ou seja, quando se define o objeto, suas características essenciais, as obrigações de execução contratual, as garantias, a necessidade ou não de seu parcelamento para acirrar a competição e assim por diante.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 49 – O artigo 40 estipula que o planejamento de compras públicas deverá considerar a expectativa de consumo anual e outras variáveis relevantes à obtenção da proposta mais vantajosa. Sobre o tema, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma situação a ser alcançada pela Administração Pública.

- A) Condições de aquisição e pagamento marcadamente diversas das do setor privado.
- B) Determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo.
- C) Atendimento ao princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.
- D) Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.
- E) Processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente.

QUESTÃO 50 – Nos termos do artigo 80, a pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos, assim como bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração. Sobre o tema, assinale a alternativa que apresenta o prazo máximo de validade do procedimento de pré-qualificação.

- A) 6 meses.
- B) 1 ano.
- C) 2 anos.
- D) 3 anos.
- E) 4 anos.

QUESTÃO 51 – No que se refere à fase de habilitação dos licitantes, assinale a alternativa correta.

- A) Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de homologação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal e demais normas aplicáveis.
- B) Em regra, serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal de todos os licitantes.
- C) Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- D) Quando a avaliação prévia do local de execução for prescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de deserção, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- E) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pela Demonstração dos Fluxos de Caixa de abertura.

QUESTÃO 52 – O Procurador-Geral do Município Alfa recebeu consulta da Secretaria de Administração acerca da viabilidade jurídica de diferentes contratações pretendidas pela Administração Pública sem a realização de procedimento licitatório. Após examinar as hipóteses aventadas pelos gestores, passou a avaliar quais delas encontrariam amparo no regime de inexigibilidade previsto na Lei nº 14.133/2021. Sobre a questão, assinale a alternativa correta.

- A) A contratação de agência especializada para desenvolver campanha publicitária institucional pode ocorrer por inexigibilidade quando a empresa demonstrar reconhecimento nacional e elevada qualificação técnica.
- B) A contratação de cantor de renome nacional por intermédio de empresário que detenha exclusividade apenas para a apresentação programada pelo município enquadra-se regularmente na hipótese legal de inexigibilidade.
- C) A aquisição direta de equipamento fornecido por fabricante exclusivo prescinde de comprovação documental da exclusividade, desde que a Administração demonstre a compatibilidade do preço contratado com os valores de mercado.
- D) A contratação de escritório de advocacia ou de profissional especializado para a elaboração de parecer jurídico ou para a defesa do ente público em processo judicial pode ocorrer por inexigibilidade, desde que se trate de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e esteja caracterizada a notória especialização do contratado.
- E) A locação direta de imóvel destinado à instalação de repartição pública depende exclusivamente da demonstração de compatibilidade do valor da locação com o mercado, sendo irrelevante a análise da existência de imóveis públicos aptos ao atendimento da necessidade administrativa.

QUESTÃO 53 – A Câmara Municipal de uma cidade realizou licitação para a contratação de empresa responsável pela reforma e modernização de seu plenário. Considerando as disposições legais sobre cláusulas necessárias dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Entre as cláusulas obrigatórias do contrato estão a indicação do objeto e de seus elementos característicos, a vinculação ao edital e à proposta vencedora ou ao ato que autorizou a contratação direta, bem como os direitos e responsabilidades das partes e os casos de extinção contratual.
- B) A previsão de penalidades e multas é facultativa, podendo ser inserida apenas quando a Administração entender conveniente para a fiscalização da execução contratual.
- C) A obrigação de manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual somente é exigível nos contratos decorrentes de licitação, não se aplicando às contratações diretas.
- D) O índice de reajustamento de preços somente precisa constar nos contratos com prazo de duração superior a doze meses.
- E) A indicação do crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa constitui elemento acessório do contrato, cuja ausência pode ser suprida posteriormente sem repercussão jurídica.

QUESTÃO 54 – Durante a execução de um contrato administrativo de prestação de serviços de vigilância patrimonial, verificou-se a necessidade de registrar alterações relacionadas ao reajuste contratual, à mudança da denominação social da empresa contratada e ao reforço de dotações orçamentárias. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O reajuste contratual previsto no próprio instrumento, por implicar modificação do valor originalmente pactuado, exige celebração de termo aditivo formal.
- B) A alteração da razão social do contratado constitui modificação subjetiva do contrato e demanda prévia autorização legislativa específica.
- C) Atualizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato podem ser formalizadas por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.
- D) O empenho de dotações orçamentárias somente pode ser registrado mediante termo aditivo acompanhado de justificativa técnica e jurídica.
- E) A apostila é instrumento destinado exclusivamente ao registro de reajustes contratuais, sendo vedada sua utilização para quaisquer outras ocorrências durante a execução contratual.

QUESTÃO 55 – Acerca da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos em contratações públicas, analise as assertivas a seguir:

- I. Poderá ser utilizado título de capitalização custeado por pagamento parcelado, com resgate pelo valor proporcional.
- II. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.
- III. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- IV. Nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens deverá ser reduzido do valor da garantia.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 56 – A Câmara Municipal de Beta contratou uma empresa para executar a reforma e a ampliação de seu prédio administrativo. Durante a execução contratual, surgiram situações supervenientes que levaram a Administração a analisar a possibilidade de promover alterações no ajuste originalmente firmado. Sobre o regime legal das alterações contratuais, assinale a alternativa correta.

- A) Nas alterações unilaterais promovidas pela Administração, o contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado do contrato em qualquer espécie de obra, serviço ou compra.
- B) A extinção do contrato impede o reconhecimento posterior de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em razão da perda do vínculo contratual entre as partes.
- C) As alterações decorrentes de reajustamento ou repactuação de preços previstos no próprio contrato exigem a celebração de termo aditivo específico.
- D) Quando alteração unilateral promovida pela Administração resultar em aumento ou diminuição dos encargos assumidos pelo contratado, deverá ser restabelecido, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- E) A formalização do termo aditivo pode ser dispensada sempre que a Administração determinar novas prestações ao contratado durante a execução contratual.

QUESTÃO 57 – Durante auditoria realizada em contrato firmado por uma Câmara Municipal para reforma de seu prédio administrativo, foram identificadas irregularidades relevantes tanto na fase licitatória quanto na execução contratual. Diante da impossibilidade de saneamento, instaurou-se discussão acerca da eventual declaração de nulidade do ajuste e de seus efeitos. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A decisão pela suspensão da execução ou pela declaração de nulidade do contrato exige a avaliação do interesse público envolvido, considerando, entre outros aspectos, os impactos econômicos, sociais e financeiros decorrentes da medida.
- B) Declarada a nulidade do contrato administrativo, seus efeitos produzir-se-ão exclusivamente para o futuro, preservando-se integralmente os efeitos jurídicos anteriormente produzidos em razão do princípio da segurança jurídica.
- C) Caso a paralisação ou a anulação do contrato não se revele medida de interesse público, a Administração deverá optar pela continuidade contratual e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilização dos envolvidos.
- D) A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que tiver sido executado até a data da declaração ou da eficácia da nulidade, desde que a irregularidade não lhe seja imputável.
- E) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade poderá, com vistas à continuidade da atividade administrativa, atribuir eficácia futura à decisão por prazo de até seis meses, prorrogável uma única vez.

Para responder às questões 58 a 67, considere as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.

QUESTÃO 58 – No setor de contabilidade de uma Câmara Municipal, servidores discutem a correta classificação dos elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis, especialmente em situações envolvendo bens públicos, obrigações decorrentes de eventos passados e variações patrimoniais. Com base no Capítulo 5 da NBC TSP Estrutura Conceitual (R1), assinale a alternativa correta.

- A) Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis elaboradas sob o regime de competência são ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, os quais representam os componentes básicos da posição patrimonial e do desempenho da entidade.
- B) O reconhecimento de um ativo pressupõe a existência de direito de propriedade formalmente registrado em nome da entidade pública, sendo insuficiente o mero controle do recurso.
- C) O passivo caracteriza-se pela expectativa de saída futura de recursos, independentemente da existência de obrigação presente decorrente de evento passado.
- D) Receitas compreendem exclusivamente ingressos que aumentem a disponibilidade financeira da entidade, excluídas as variações patrimoniais decorrentes de fatos sem movimentação de caixa.
- E) O patrimônio líquido corresponde ao conjunto de bens e direitos controlados pela entidade após a dedução das obrigações exigíveis de curto prazo.

QUESTÃO 59 – Ao analisar os ingressos recebidos por um município, o contador da Câmara Municipal verificou situações envolvendo tributos, multas administrativas, transferências intergovernamentais e recursos recebidos com especificações impostas pelo ente transferidor. Com suporte nos conceitos previstos na NBC TSP 01/2016, assinale a alternativa correta.

- A) Restrições sobre passivos transferidos impõem a devolução dos benefícios econômicos ou do potencial de serviços ao transferente sempre que os recursos não forem aplicados exatamente na finalidade originalmente prevista.
- B) Tributos e multas possuem a mesma natureza conceitual na norma, diferenciando-se apenas quanto à autoridade responsável pela cobrança.
- C) O controle de um ativo depende da titularidade jurídica do bem ou direito, sendo insuficiente a capacidade da entidade de utilizá-lo para alcançar seus objetivos institucionais.
- D) Transferências correspondem a ingressos provenientes de transações sem contraprestação, distintos dos tributos, enquanto as multas decorrem de infrações à legislação e não se confundem com receitas tributárias.
- E) Gastos tributários correspondem aos desembolsos realizados pela Administração Pública para custear benefícios concedidos aos contribuintes por meio de programas governamentais específicos.

QUESTÃO 60 – Com base na NBC TSP 03/2025 (R1), são pontos de divulgação para cada tipo/classe de provisão:

- I. Principais premissas realizadas acerca dos eventos passados estritamente relacionados aos ativos diferidos.
- II. Valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer passivo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.
- III. Breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- IV. Indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 61 – Ao realizar o levantamento patrimonial anual, a equipe de contabilidade de uma Câmara Municipal identificou grande quantidade de materiais de expediente adquiridos para consumo gradual ao longo dos exercícios seguintes. Na elaboração das demonstrações contábeis, surgiu debate acerca do tratamento contábil aplicável a esses itens segundo a NBC TSP 04 (R1). Com base nas disposições da norma, assinale a alternativa correta.

- A) Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, ressalvadas as situações específicas previstas na própria norma para entidades do setor público.
- B) Os estoques destinados à distribuição gratuita ou por valor simbólico devem ser mensurados exclusivamente pelo valor realizável líquido, independentemente do custo de reposição.
- C) O reconhecimento de redução ao valor recuperável dos estoques depende necessariamente da efetiva alienação dos bens por valor inferior ao registrado contabilmente.
- D) Os custos de armazenagem integram obrigatoriamente o custo dos estoques, ainda que não sejam necessários ao processo produtivo anterior a uma etapa de produção subsequente.
- E) Desperdícios anormais de materiais, mão de obra ou outros custos de produção devem ser incorporados ao custo dos estoques quando decorrentes da atividade operacional da entidade.

QUESTÃO 62 – Durante auditoria realizada nas demonstrações contábeis de uma Câmara Municipal, verificou-se que determinados desembolsos relacionados à modernização tecnológica haviam sido registrados no ativo. Ao analisar os lançamentos, a equipe de auditoria identificou gastos com estudos preliminares, aquisição de direitos de uso de software e desenvolvimento de funcionalidades específicas para atender às necessidades do processo legislativo. Considerando os critérios de reconhecimento previstos na NBC TSP 08 (R1), assinale a alternativa correta.

- A) Os desembolsos realizados em etapas iniciais de investigação e busca de alternativas tecnológicas podem ser diferidos quando houver expectativa de aproveitamento futuro dos resultados obtidos.
- B) A ausência de substância física impede que o recurso seja objeto de controle patrimonial e, consequentemente, de reconhecimento nas demonstrações contábeis.
- C) Os valores aplicados na criação interna de soluções tecnológicas devem ser reconhecidos no ativo desde o início do projeto, independentemente da fase em que se encontre o desenvolvimento.
- D) O reconhecimento contábil de um ativo intangível pressupõe que o recurso seja identificável, esteja sob controle da entidade, seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços e tenha custo ou valor mensurável de forma confiável.
- E) A possibilidade de segregação ou transferência a terceiros constitui o único elemento apto a demonstrar a individualização do recurso perante o patrimônio da entidade.

QUESTÃO 63 – Quando da análise das demonstrações contábeis de uma Câmara Municipal, a equipe técnica avaliou a classificação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades da entidade, especialmente pagamentos a fornecedores, aquisição de bens permanentes, recebimentos de tributos transferidos e operações de financiamento. Com base na NBC TSP 12 (R1), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A demonstração dos fluxos de caixa deve evidenciar os fluxos do período classificados em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- B) As atividades operacionais correspondem, em regra, às principais atividades geradoras de caixa da entidade, não classificadas como investimento ou financiamento.
- C) A aquisição de ativo imobilizado deve ser classificada como fluxo de caixa das atividades operacionais, por estar relacionada ao funcionamento ordinário da entidade pública.
- D) As atividades de investimento abrangem, entre outros eventos, a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo.
- E) As atividades de financiamento relacionam-se a alterações no tamanho e na composição do capital próprio e do endividamento da entidade.

QUESTÃO 64 – Em matéria de custos aplicados ao Setor Público, tomando por referência a NBC TSP 34/2021, analise as assertivas a seguir:

- I. Direcionador de custo é o indicador que permite estabelecer a relação de causa e efeito para alocação dos custos indiretos.
- II. Os principais usuários da informação de custos são os gestores, em sua tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos que lhes são confiados. Por isso, em regra, demandam informações customizadas, no formato de relatórios de custos genéricos.
- III. A identificação e segregação entre custos e perdas é necessária, pois as perdas são atribuídas aos objetos de custos.
- IV. Todo objeto de custo que corresponda a bens e serviços entregues à sociedade é considerado intermediário.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 65 – Durante reunião da unidade de contabilidade de uma Câmara Municipal, foi analisada uma ação judicial movida por ex-servidores pleiteando diferenças remuneratórias. Os procuradores informaram que a perda da demanda é considerada provável e que existe estimativa confiável do valor a ser desembolsado. Paralelamente, a Câmara ajuizou ação para reaver valores pagos indevidamente a fornecedor, cuja chance de êxito foi classificada como possível. Com base na NBC TSP 25 (R1), assinale a alternativa correta.

- A) Tanto a obrigação decorrente da ação movida pelos ex-servidores quanto o crédito discutido na ação ajuizada pela Câmara devem ser reconhecidos contabilmente em razão da existência de estimativas confiáveis.
- B) A ação movida pelos ex-servidores configura passivo contingente, devendo apenas ser divulgada em notas explicativas, ainda que a saída de recursos seja provável e mensurável.
- C) O crédito discutido na ação ajuizada pela Câmara deve ser reconhecido como ativo, pois a existência de expectativa de ingresso futuro de recursos é suficiente para justificar seu registro.
- D) A obrigação decorrente da ação movida pelos ex-servidores deve ser reconhecida como provisão, enquanto o crédito discutido na ação ajuizada pela Câmara não deve ser reconhecido contabilmente, podendo exigir divulgação conforme as circunstâncias do caso.
- E) A existência de incerteza quanto ao momento do desembolso impede o reconhecimento de provisão, ainda que a obrigação presente seja provável e estimável.

QUESTÃO 66 – Ao revisar as demonstrações contábeis de exercícios anteriores, a unidade de controle interno da Câmara Municipal Alfa identificou que determinado equipamento de informática havia sido registrado por valor inferior ao efetivamente pago em razão de erro material ocorrido no lançamento contábil. Em outra situação, verificou-se a necessidade de revisar a vida útil estimada de determinados bens patrimoniais em razão de novas informações técnicas obtidas pela Administração. Com base na NBC TSP 23 (R1), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A correção de erro material identificado em exercício anterior deve ser tratada da mesma forma que uma mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos exclusivamente prospectivos.
- B) Mudanças de estimativas contábeis decorrem de novas informações ou novos desenvolvimentos e não constituem correção de erro.
- C) A aplicação uniforme das políticas contábeis contribui para a comparabilidade das demonstrações contábeis ao longo do tempo.
- D) Os erros de períodos anteriores compreendem omissões e incorreções decorrentes da não utilização ou da utilização inadequada de informações confiáveis que estavam disponíveis quando as demonstrações contábeis foram autorizadas para divulgação.
- E) A alteração da vida útil estimada de um ativo imobilizado constitui exemplo típico de mudança de estimativa contábil.

QUESTÃO 67 – Com suporte na NBC TSP 13/2025 (R1), analise as assertivas a seguir no que se refere à apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis do setor público:

- I. Base comparável significa os valores realizados apresentados sob o mesmo regime, na mesma base de classificação, para as mesmas entidades e para o mesmo período no qual o orçamento foi aprovado.
- II. Caso o orçamento não seja aprovado anteriormente ao início do período a que se refere, o orçamento original é o primeiro que for aprovado para ser executado naquele ano.
- III. A explicação das diferenças materiais entre os valores realizados e os orçados auxilia os usuários a entenderem as razões para as diferenças materiais do orçamento aprovado pelo qual a entidade submete-se à prestação de contas e responsabilização.
- IV. Em alguns casos, os orçamentos podem ser elaborados sob o regime de competência ou sob o regime de caixa, de acordo com o sistema de estatísticas de finanças públicas adotado, o qual abrange entidades e atividades diferentes daquelas incluídas nas demonstrações contábeis.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 68 – Em 31/12/2025, o Município Alfa apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais). Com base nessa informação, assinale a alternativa que, nos termos dos artigos 20, III, alínea “a” e 59, §1º, II da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresenta o Limite de Alerta das Despesas com Pessoal para o Poder Legislativo Municipal.

- A) R\$ 1.120.000,00.
- B) R\$ 1.400.000,00.
- C) R\$ 1.512.000,00.
- D) R\$ 1.531.400,00.
- E) R\$ 2.000.000,00.

QUESTÃO 69 – Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa correta considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A) No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 30 anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).
- B) Conterá Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão avaliados os ativos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- C) A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício antecedente.
- D) Seu Anexo de Metas Fiscais será acompanhado de demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos cinco exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.
- E) Não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

QUESTÃO 70 – No âmbito da Administração Pública, determinada informação foi classificada em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado. Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011 acerca dos graus de sigilo e dos respectivos prazos máximos de restrição de acesso, assinale a alternativa correta.

- A) A classificação ultrassecreta impõe restrição de acesso por até 30 anos, enquanto as informações secretas e reservadas permanecem protegidas por até 20 e 10 anos, respectivamente.
- B) As informações classificadas como secretas permanecem inacessíveis pelo prazo máximo de 15 anos, contado da data de sua produção, ao passo que as ultrassecretas e reservadas sujeitam-se, respectivamente, aos prazos máximos de 25 e 5 anos.
- C) Os prazos de restrição de acesso são contados da data da classificação da informação pela autoridade competente, independentemente da data de sua produção.
- D) As informações classificadas como reservadas sujeitam-se à restrição de acesso por até 10 anos, podendo esse prazo ser reduzido mediante decisão administrativa fundamentada.
- E) A classificação de informação como ultrassecreta, secreta ou reservada possui prazo indeterminado, podendo ser mantida enquanto persistirem os motivos que justificaram a restrição de acesso.

QUESTÃO 71 – Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Palhoça, analise as assertivas a seguir relativas aos bens municipais:

- I. Além dos bens adquiridos, pertencem ao Município as vias, praças, jardins, passeios, cemitérios, ilhas ou quaisquer outros logradouros públicos circunscritos ao seu Território, bem como aqueles de domínio da União, do Estado ou de particulares.
- II. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, sob pena de nulidade, quanto a imóveis, dependerá de autorização legislativa e licitação na modalidade de leilão.
- III. Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.
- IV. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, e quando houver interesse público devidamente justificado, sob pena de nulidade do ato.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 72 – Conforme estabelece o artigo 41 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Palhoça, eleita a Mesa Diretora, a Câmara Municipal iniciará os trabalhos legislativos, organizando as suas comissões, formadas cada uma por _____ membros, com exceção das Comissões Constituição, Legislação e Justiça e de Orçamento, Finanças e Contas do Município, que serão compostas de _____ membros.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) três – quatro
- B) três – cinco
- C) quatro – cinco
- D) quatro – sete
- E) cinco – sete

QUESTÃO 73 – São competências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, órgão de controle externo, nos termos da Constituição do Estado e na forma estabelecida na Lei Estadual nº 202/2000, EXCETO:

- A) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público do Estado e do Município, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- B) Prestar, dentro de trinta dias, sob pena de responsabilidade, as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, ou por qualquer de suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- C) Responder consultas de autoridades competentes sobre interpretação de lei ou questão formulada em concreto, relativas à matéria sujeita à sua fiscalização.
- D) Emitir, no prazo de trinta dias, pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela Comissão Mista Permanente de Deputados.
- E) Celebrar Termo de Ajustamento de Gestão (TAG).

QUESTÃO 74 – A Câmara Municipal de Sigma recebeu R\$ 500.000,00 decorrentes da devolução antecipada de recursos de um convênio e decidiu aplicá-los temporariamente em investimento de baixo risco até a conclusão do processo de aquisição de equipamentos para modernização do plenário. A aplicação rendeu juros compostos à taxa de 2% ao mês, durante 18 meses. Considerando que $(1,02)^{18} = 1,428$, o valor dos juros auferidos ao final do período foi, aproximadamente, de:

- A) R\$ 204.000,00.
- B) R\$ 214.000,00.
- C) R\$ 224.000,00.
- D) R\$ 234.000,00.
- E) R\$ 244.000,00.

Para responder às questões 75 a 77, considere as disposições da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

QUESTÃO 75 – Em ação de improbidade administrativa, foi suscitada discussão acerca da prescrição da pretensão sancionadora, dos efeitos da instauração de inquérito civil e dos marcos interruptivos previstos na legislação vigente. Considerando o disposto na referida Lei, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A ação para aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa prescreve em 8 anos, contados da ocorrência do fato ou, tratando-se de infração permanente, do dia em que cessou a permanência.
- B) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 dias corridos, retomando-se a contagem após sua conclusão ou, se não concluído, após o esgotamento do prazo de suspensão.
- C) Entre os marcos interruptivos da prescrição estão o ajuizamento da ação de improbidade administrativa e a publicação de decisão ou acórdão de tribunal que confirme condenação ou reforme decisão de improcedência.
- D) A lei prevê a possibilidade de reconhecimento da prescrição intercorrente da pretensão sancionadora quando, entre os marcos interruptivos legalmente previstos, transcorra o prazo correspondente à metade do prazo prescricional originário.
- E) A interrupção da prescrição produz efeitos em relação ao agente público diretamente demandado, não alcançando terceiros que tenham concorrido para a prática do ato de improbidade.

QUESTÃO 76 – Um servidor público da Câmara Municipal de Delta, valendo-se de sua posição funcional, passou a utilizar regularmente veículos e equipamentos pertencentes ao órgão público para realizar atividades particulares em benefício próprio, sem qualquer autorização legal. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- A) A utilização, em proveito próprio, de bens integrantes do patrimônio de entidade pública pode caracterizar ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, independentemente da incorporação definitiva desses bens ao patrimônio do agente.
- B) A caracterização do enriquecimento ilícito exige a transferência definitiva de bem ou valor público para o patrimônio do agente.
- C) O uso temporário de bens públicos para fins particulares configura mera irregularidade administrativa, sem repercussão na Lei de Improbidade Administrativa.
- D) O enriquecimento ilícito se configura quando houver prejuízo patrimonial efetivo e mensurável ao erário.
- E) A percepção de vantagem econômica para omitir ato de ofício caracteriza ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

QUESTÃO 77 – Após o reconhecimento judicial da prática de ato de improbidade administrativa, surgiu controvérsia acerca das sanções aplicáveis ao agente e à pessoa jurídica envolvida. Considerando as disposições do artigo 12, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na hipótese de ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito, poderá ser aplicada a suspensão dos direitos políticos por prazo de até 14 anos.
- B) As sanções podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- C) Na responsabilização da pessoa jurídica, devem ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- D) Em relação aos atos que causam lesão ao erário, a suspensão dos direitos políticos poderá alcançar o prazo de até 12 anos.
- E) As sanções podem ser executadas imediatamente após a publicação da sentença condenatória de primeiro grau, independentemente de seu trânsito em julgado.

Para responder às questões 78 a 80, considere as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

QUESTÃO 78 – No que se refere a licitações e contratos administrativos, são atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, EXCETO:

- A) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- B) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
- C) Assegurar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
- D) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.
- E) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

QUESTÃO 79 – Conforme o disposto no artigo 9º, competem à _____ a apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos nesta Lei, praticados contra a administração pública estrangeira, observado o disposto no artigo 4 da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Presidência da República
- B) Câmara dos Deputados
- C) Procuradoria-Geral da República
- D) Advocacia-Geral da União
- E) Controladoria-Geral da União

QUESTÃO 80 – Sobre o acordo de leniência, analise as assertivas a seguir:

- I. A celebração do acordo não interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.
- II. Importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.
- III. Uma vez celebrado, reduzirá em até 2/3 o valor da multa aplicável.
- IV. Não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.